

OUTROS

GECOSA-INDÚSTRIAS INTEGRADAS GERVÁSIO COSTAS/A CGC/MF: 06.920.516/0001-30

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunir em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará no dia 26 de Abril de 2010, às 10:00 horas, na sede social da empresa, situada em Novo Nilo, município de União – PI, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Ordinária

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008;
- Deliberar sobre o resultado dos exercícios de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008;
- Deliberar sobre a destinação dos lucros líquidos dos exercícios de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e distribuição dos dividendos;
- Eleição dos membros do conselho de administração e fixação das respectivas remunerações;
- Eleição dos membros do conselho fiscal.
- E outros assuntos de interesse.

2. Extraordinária

- Aprovação do cancelamento do registro na CVM - Comissão de Valores Mobiliários da Gecosa.

Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

Novo Nilo, União(PI), 15 de Abril de 2010

Herbert Costa Napoleão do Rêgo
Presidente

P.P. 11467

3 - 3



**Ministério
de Minas
e Energia**



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma do disposto na Lei nº 6.404, de 15.12.76, e no Estatuto Social da Companhia, ficam convidados os senhores acionistas da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, a comparecer à Assembléia Geral Ordinária que será realizada no dia 30 de Abril de 2010, às 10:00 horas, na sede da CEPISA, à Avenida Maranhão, 759 sul, na cidade de Teresina, para deliberação da seguinte ordem do dia:

- Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2009;
- Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal;
- Fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Teresina, 20 de abril de 2010

JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES
Presidente do Conselho de Administração

P.P. 11470
3 - 2



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

CONSELHO DE CONTRIBUINTES

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ

SEGUNDA CÂMARA: Processo(s) de Recurso(s) Voluntário(s): 094/09 e 095/09 - AI(s): 271863000318-0 e 271863000317-1.

RECORRENTE: UNIÃO COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – 19.456.689-7

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RELATOR: EMMANUEL PACHECO LOPES

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O titular da empresa recorrente fica **intimado** a comparecer, ou enviar o seu representante legal, neste Conselho de Contribuintes, no dia **30 de abril de 2010** (sexta-feira), às 09 (nove) horas e, para participar da sessão em que será julgado os processos acima mencionado.

Expediu-se o presente edital em 13 de abril 2010, o qual será afixado no local de costume deste Conselho e publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí.

Ana Cristina Santos Costa
Subsecretária

OF. 405



EDITAL DE CITAÇÃO Nº 05 - D/2010 - GAB Teresina - PI, 16 de abril de 2010.

A EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. - EMGERPI, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ do MF sob nº 06.643.068/0001-75, por intermédio de seu Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Ata de Reunião do Conselho de Administração desta empresa, realizada em 28 de julho de 2009 e arquivada na Junta Comercial em 30 de julho de 2009, bem como na qualidade de gestora operacional da carteira imobiliária do Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí – IAPEP, nos termos do convênio nº 02/08, faz saber aos que este EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que o(a) Promitente Comprador(a) de unidade habitacional, cujo contrato segue relacionado abaixo, fica CITADO, para, no prazo de 15 (quinze) dias a contar desta publicação, comparecer à Casa do Mutuário, localizada à Rua Olavo Bilac, esquina com Rua Simplicio Mendes, fundos da Igreja de Nossa Senhora das Dores, na Praça Saraiva, Teresina - PI; no horário das 07:30 às 13:30 horas, de segunda a sexta-feira; em razão de estar em curso nesta empresa, procedimento administrativo para regularização contratual.

CONTRATO	PROMITENTE COMPRADOR /MUTUARIO	ENDEREÇO	BAIRRO	CIDADE
061110000704-8	Maria Firmina da Silva	Quadra D, Lote 24, Av. Perimetral I	Res. Oswaldo Santos Parente	Teresina-PI
061110000124-4	Lurdimar Gomes dos Santos	Quadra H, Casa 07	Bela Vista III	Teresina-PI
000096000566-0	Alexandre Rodrigues da Silva	Quadra 03, Bloco 08, Apt. 103,	Tancredo Neves	Teresina-PI
000107000044-5	Bernardo Frederico de Sousa Filho	Quadra C, Casa 08	Buriti dos Lopes	Buriti dos Lopes-PI

A EMGERPI pede que, na hipótese de a situação do imóvel já haver sido regularizada, o mutuário desconsidere a aludida convocação.

Raimundo Nonato Farias Trigo
Diretor Presidente da Emgerpi

OF. 652



BLOCOMAR LTDA torna público que requereu à Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR a renovação de sua licença ambiental de operação ate a data 01/06/2010, para a atividade de fabricação de tijolos, blocos e lajotas.

CERAMICA MAFRENSE LTDA torna público que requereu à Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR a renovação de sua licença ambiental de Extração ate a data 01/06/2010, para a atividade de Exploração de argila para a fabricação de tijolos e telhas.

TELHAMAR LTDA torna público que requereu à Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR a renovação de sua licença ambiental de extração ate a data 01/06/2010, para a atividade de Exploração mineral classe II (Argila Vermelha)

P.P. 11471

TERMO DE REUNIÃO

Em reunião realizada em **18 de Janeiro de 2010** os sócios da Sociedade Empresária Ltda., denominada **Delta Empreendimentos Imobiliários do Brasil Ltda.** Resolve reduzir o capital por ter sido considerado excessivo para o objeto da sociedade, restituindo-se parte do valor das quotas aos sócios, dispensando-se as prestações ainda devidas, diminuindo-se proporcionalmente o valor nominal das quotas. Neste ato os sócios **Allan Alfred John Beck e Margaret Anne Beck** estão representados pelo sócio **Lee Courtney Rowlands** conforme procuração.

Teresina, 18 de Janeiro de 2010
Lee Courtney Rowlands
CPF: 600.720.803-61

Allan Alfred John Beck
CPF: 601.811.073-33

Margaret Anne Beck
CPF: 601.811.133-09

P.P. 11472

A **Prefeitura Municipal de Canto do Buriti** torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a OUTORGA DE USO E LICENÇA DE OPERAÇÃO, para um poço tubular localizado na Rua Rogério Nunes, esquina com Rua José Policarpo, bairro Matadouro, na cidade de Canto do Buriti, PI, coordenadas geográficas: Latitude 8°06'19,80"S; Longitude 42°57'09,06"W, sendo a água para uso no Matadouro Municipal. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

P.P. 11474

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
23ª REGIÃO-PIAVISO DE EDITAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Piauí torna pública a abertura das inscrições e realização do Concurso Público, destinado ao provimento de cargos vagos existentes no Quadro de Pessoal Permanente do CRECI-PI e estabelece normas relativas à sua realização, de acordo com o Edital. INSCRIÇÕES: Durante o período de 03 a 21.05.2010. EDITAL: O Edital completo estará a disposição dos interessados nos endereços eletrônicos www.fundacaojoaodovale.com.br e www.creci-pi.org.br.

Teresina –PI, 19 de abril de 2010

João Batista da Paz Brito
 Presidente – CRECI-PI

P.P. 11476

A **Associação dos Agricultores do Assentamento Vazante** torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação e Operação (LIO), para implantação de assentamento rural na Comunidade Vazante município de União - PI. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

P.P. 11475

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
GABINETE DO PREFEITOGOVERNO DO ESTADO PIAUÍ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS
HIDRICOS – SEMAR

EXTRATO DE LICENÇA AMBIENTAL

- 1-CATEGORIA: Licença de instalação
 2-NNÚMERO/PROCESSO: D 000350/10
 3- VALIDADE: 17/03/2012

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no uso das Atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº4.854, de 10 de Julho de 1996 e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental instruído pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, alterada pela Lei nº 8.028, de 12 de Abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº99.274, de 6 de Junho de 1990, resolve expedir a presente Licença à seguinte entidade.

- 4- EMPREENDEDOR: Prefeitura Municipal de Bom Jesus
 5- CNPJ/CPF: 06.554.356/0001-53
 6- ENDEREÇO DO EMPREENDEDOR: Rua São João nº 41 – Centro
 7- CIDADE: Bom Jesus – PI
 8-EMPREENDIMENTO: Implantação de Sistema de Rede Esgotamento Sanitário (Bom Jesus) 1º Etapa.
 9-LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO: Zona Urbana do município de Bom Jesus – PI
 10- BACIA HIDROGRÁFICA/CIDADE: Bacia do Rio Gurguéia/Bom Jesus-PI
 11- AGLOMERADO/TERRITÓRIO: AG 23 Chapada das Manguabeiras
 12- NATUREZA: Saneamento Básico
 13-ATIVIDADE: Esgotamento Sanitário
 14-COORDENADAS PLANAS (UTM): Lat 0 Long 0
 15-COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Lat 9° 04' 28" Long 44° 21' 31"
 16- ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: 0,000 Outro
 17-ÁREA A SER DESMATADA: Ainda não autorizado
 18-ÁREA INTERVENÇÃO: 0,000 Outro
 19-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – Não
 20- TIPO DE ESTUDO – PCA – Plano de Controle Ambiental

Teresina, 17 de Março de 2010

Francisco da Cruz Carvalho Araujo
 Diretor de Licenciamento e Fiscalização

Carlos Antonio Moura Fé
 Superintendente de Meio Ambiente

Praça Marcos Aurélio, 41 – centro CEP:64.900-000 Bom Jesus
 CNPJ 06.554.356/0001-53

P.P. 11473



EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22.3.0000820-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal ou Companhia) tem a satisfação de apresentar o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2009, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. A documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, aos quais a Diretoria Executiva sentir-se-á honrada em prestar os esclarecimentos adicionais necessários. As informações estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil institucional

A Pedra do Sal é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 7,82 MW médios. O parque eólico, com 20 aerogeradores, está situado no município de Parnaíba (PI) e entrou em operação comercial em 30/12/2008.

2. Controle acionário

Em 22/12/2008, a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., controlada integral da Tractebel Energia S.A. (Tractebel Energia), adquiriu a totalidade do capital social da Pedra do Sal. A Tractebel Energia é a maior companhia privada geradora de energia elétrica no Brasil. Desde 1998, ano em que começou a atuar no país, a Tractebel Energia dedica-se a implantação e operação de usinas geradoras de energia, incluindo obtenção de concessões de hidrelétricas por meio de leilões realizados pelo Governo Federal e de autorizações para viabilização de termelétricas, pequenas centrais elétricas e eólicas.

3. Ambiente macroeconômico

A economia brasileira encerrou 2009 com queda de 0,2%, segundo o Banco Central, resultado da recessão enfrentada no primeiro semestre, com o agravamento da crise econômica internacional. Apesar do valor negativo apresentado, houve retomada do crescimento no início do segundo semestre, antes das economias norte-americana, da Zona do Euro e

japonesa, que apresentaram forte queda da economia desde o início da crise. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se manteve dentro da meta estabelecida pelo governo, fechando o ano em 4,3%, resultado 1,7 p.p. menor ante 2008, que foi de 5,9%. Durante o ano, o Banco Central cortou por diversos meses a taxa de juros Selic, que fechou 2009 em seu piso, a 8,75% ao ano. Isso representou uma queda de 5 p.p. em relação ao ano anterior, voltando ao patamar abaixo dos 10 pontos, rompido em 2007. Em relação ao câmbio, o dólar apresentou forte desvalorização frente ao real, devido à depreciação internacional da moeda e à grande entrada de dólares com o retorno dos investimentos estrangeiros no país. A moeda norte-americana encerrou o ano cotada a R\$ 1,74, o que representou uma desvalorização de 25,3% perante a moeda brasileira, maior recuo desde que o real foi implantado como moeda oficial no Brasil.

4. Desempenho operacional

A geração bruta de energia elétrica do Parque Eólico Pedra do Sal, no ano de 2009, foi de 47.764 MWh, com uma disponibilidade de 93,5%, desconsiderando-se as paradas programadas.

5. Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em reais mil)

Indicadores de resultado	2009
Receita operacional líquida	12.131
Lucro bruto	5.068
Margem bruta	41,8%
Lajida (Ebitda) ⁽¹⁾	8.557
Margem Lajida (Ebitda) ⁽²⁾	70,5%
Depreciação e amortização	(4.351)
Resultado do serviço	4.206
Resultado financeiro	(7.059)
Resultado antes dos tributos	(2.853)
Prejuízo do exercício	(2.864)

⁽¹⁾ Lajida (Ebitda): Resultado antes dos tributos + resultado financeiro + depreciação e amortização.

⁽²⁾ Margem Lajida (Ebitda): Lajida (Ebitda)/Receita operacional líquida.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (em milhares de reais)

Ativo	Nota	2009	2008	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2009	2008
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.724	1.675	Fornecedores	10	338	5.080
Concessionária	5	1.807	—	Empréstimo e financiamento	11	5.335	55.026
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	1.428	40	Adiantamento de cliente	12	2.782	—
Outros		113	—	Outros		77	95
Total do ativo circulante		8.072	1.715	Total do passivo circulante		8.532	60.201
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimo e financiamento	11	66.208	—
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	7.205	—	Total do passivo não circulante		66.208	—
Contrato de mútuo	7	—	414	Patrimônio líquido			
		7.205	414	Capital social	13	33.133	33.133
Imobilizado	8	89.447	88.495	Prejuízos acumulados		(3.105)	(241)
Intangível	9	44	2.469	Total do patrimônio líquido		30.028	32.892
Total do ativo não circulante		96.696	91.378	Total		104.768	93.093
Total		104.768	93.093				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2007		7.180	—	7.180
Efeito da Lei 11.638/07	2	—	(4)	(4)
Aumento de capital		25.953	—	25.953
Prejuízo do exercício		—	(237)	(237)
Saldos em 31/12/2008		33.133	(241)	32.892
Prejuízo do exercício		—	(2.864)	(2.864)
Saldos em 31/12/2009		33.133	(3.105)	30.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

O comentário do resultado não está sendo apresentado em função da Companhia ter auferido receita apenas no ano de 2009 e, portanto, não apresentado dados comparativos para tal análise.

6. Investimentos

No ano de 2009, os investimentos no Parque Eólico Pedra do Sal totalizaram R\$ 16.897 (em 2008 foram investidos R\$ 74.402), aplicados em obras complementares para a conclusão do empreendimento.

7. Direitos dos acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito: (i) de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; (ii) de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido; (iii) de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; (iv) de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e (v) de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

8. Serviços de auditoria

Conforme disposto no Artigo 2º da Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Pedra do Sal informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2009.

9. Agradecimentos

A Administração da Pedra do Sal agradece a todos seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2009.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(em milhares de reais, exceto valores por lote de mil ações)

	Nota	2009	2008
Receita operacional bruta			
Suprimento de energia elétrica		13.367	—
Deduções da receita operacional			
PIS e Cofins	(1.236)	—	—
Receita operacional líquida		12.131	—
Custos de energia elétrica e serviços			
Serviço de terceiro	(664)	—	—
Depreciação e amortização	(4.351)	—	—
Encargos de uso de rede elétrica e conexão	(1.484)	—	—
Seguros	(132)	—	—
Outros	(432)	—	—
		(7.063)	—
Lucro bruto		5.068	—
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviço de terceiro	(770)	(182)	—
Aluguéis	(19)	—	—
Outras	(73)	16	—
		(862)	(166)
Resultado do serviço		4.206	(166)
Resultado financeiro			
Receitas (despesas) financeiras			
Renda de aplicações financeiras	15	—	—
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(5.780)	—	—
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(452)	(70)	—
Outras receitas (despesas) financeiras	(842)	(1)	—
		(7.059)	(71)
Resultado antes dos tributos		(2.853)	(237)
Imposto de renda	(7)	—	—
Contribuição social	(4)	—	—
Prejuízo do exercício		(2.864)	(237)
Prejuízo por lote de mil ações em R\$		(86,44)	(7,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua →



EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22.3.0000820-0

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (em milhares de reais)

	Nota	2009	2008
Geração do valor adicionado			
Receitas de vendas e serviços		13.367	—
Receita relativa a construção de ativos próprios		—	78.579
Outras receitas operacionais, líquidas		—	18
		<u>13.367</u>	<u>78.597</u>
(-) Insumos			
Gastos com a construção da usina		—	(76.236)
Serviço de terceiro		(1.434)	(182)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(1.484)	—
Seguros		(132)	—
Outros		(49)	5
		<u>(3.099)</u>	<u>(76.413)</u>
Valor adicionado bruto		10.268	2.184
Depreciação e amortização		(4.351)	(7)
Valor adicionado líquido gerado		5.917	2.177
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		20	—
Valor adicionado a distribuir		5.937	2.177
Distribuição do valor adicionado			
Remuneração:			
Do capital de terceiros			
Encargos financeiros capitalizados		—	2.343
Encargos sobre empréstimo e financiamento		5.780	—
Aluguéis		306	—
Outras despesas financeiras		1.280	1
		<u>7.366</u>	<u>2.344</u>
Do governo			
Impostos federais		1.393	70
Impostos estaduais		10	—
Impostos municipais		2	—
Encargos setoriais		30	—
		<u>1.435</u>	<u>70</u>
Do capital próprio			
Prejuízo do exercício		(2.864)	(237)
		<u>5.937</u>	<u>2.177</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (em milhares de reais)

	Nota	2009	2008
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(2.864)	(237)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	8	4.351	7
Juros líquidos		1.645	—
		<u>3.132</u>	<u>(230)</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Concessionária	5	(1.807)	—
Tributos e contribuições sociais a compensar		345	(40)
Outros		(113)	—
		<u>(1.575)</u>	<u>(40)</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		338	—
Tributos e contribuições sociais		(22)	92
Adiantamento de cliente	12	2.782	—
Outros		6	—
		<u>3.104</u>	<u>92</u>
Recursos utilizados nas (provenientes das) atividades operacionais		4.661	(178)
Atividades de investimento			
Aplicação no imobilizado		(16.849)	(71.933)
Aplicação no intangível	9	(48)	(2.469)
		<u>(16.897)</u>	<u>(74.402)</u>
Recursos utilizados nas atividades de investimento		(16.897)	(74.402)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital		—	25.953
Empréstimo e financiamento	11	80.210	53.200
Pagamento de empréstimo e financiamento		(65.339)	(2.842)
Contrato de mútuo		414	(350)
		<u>15.285</u>	<u>75.961</u>
Recursos provenientes das atividades de financiamento		15.285	75.961
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa		3.049	1.381
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	4	1.675	294
Saldo final	4	4.724	1.675
		<u>3.049</u>	<u>1.381</u>
Pagamentos efetuados no exercício			
Juros de empréstimo e financiamento		5.414	516
Imposto de renda e contribuição social		329	—
Transações que não envolveram o caixa e equivalente de caixa			
Efeito da Lei 11.638/07	2	—	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (em milhares de reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Pedra do Sal é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Parnaíba-PI, constituída em 07/11/2006, que tem por objeto a geração de energia elétrica através de fontes renováveis.

A Pedra do Sal detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 7,82 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$ 243,96 MWh (base 31/12/2009). A referida autorização vencerá em 01/10/2032 e a operação comercial foi iniciada em 30/12/2008.

Em 05/12/2008 a Pedra do Sal foi adquirida pela Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), atual denominação da Gama Participações Ltda., empresa controlada pela Tractebel Energia, que passou a deter 99,99% das ações representativas do seu capital social.

A Companhia não possui funcionários e não efetuou remuneração aos seus administradores no ano de 2009. Além disso, não possui operações com instrumentos derivativos, contingências que possam gerar desembolso futuro e nem compromissos ambientais além dos previstos no Projeto Básico.

No mês de janeiro de 2009 entraram em operação os três últimos aerogeradores totalizando, assim, os 20 aerogeradores projetados para o parque eólico.

Os acionistas da Companhia se comprometem a aportar recursos financeiros no caso em que a geração de caixa da Pedra do Sal não seja suficiente para atender os seus compromissos de curto-prazo.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador Aneel. Os valores apresentados, textos e tabelas, estão expressos em milhares (de reais e outras moedas), exceto onde indicado de maneira diferente.

Adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil

A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade. A data de transição utilizada para a aplicação dos dispositivos da Lei nº 11.638/07 foi 01/01/2008, conforme opção constante do CPC 13 (Adoção inicial da Lei nº 11.638/07). A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido e a Lei 11.941/09 extinguiu este grupo de contas. Desta forma, a Companhia optou por efetuar as baixas dos gastos pré-operacionais no valor de R\$ 4, que não tiveram como ser reclassificados para outro grupo de ativos (ativos imobilizado e intangível).

Alterações nas práticas contábeis brasileiras aplicáveis a partir de 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade

(IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 26 novos pronunciamentos técnicos (CPC) e 12 interpretações técnicas (ICPC), conforme relacionados abaixo, haviam sido emitidos pelo CPC para aplicação mandatória a partir de 2010 e com aplicação retrospectiva a 2009 para fins de comparabilidade. A Companhia não aplicou os referidos pronunciamentos antecipadamente em 2009, como facultado pelo CPC.

Os pronunciamentos e as interpretações técnicas emitidas em 2009 foram os seguintes:

CPC	Título
15	Combinação de negócios
18	Investimento em coligada
19	Participação em empreendimento controlado em conjunto (Joint Venture)
20	Custos de empréstimos
21	Demonstração intermediária
22	Informação por segmento
23	Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro
24	Evento subsequente
25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
26	Apresentação das demonstrações contábeis
27	Ativo imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o lucro
33	Benefícios a empregados
36	Demonstrações consolidadas
37	Adoção Inicial das IFRSs
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração

continua →



EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22.3.0000820-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(em milhares de reais)

CPC	Título
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICPC	Título
01	Contratos de concessão
03	Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
07	Distribuição de dividendos in natura
08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27- Ativo imobilizado e CPC 28- Propriedade para investimento

A Companhia analisou os respectivos pronunciamentos técnicos e acredita que os pronunciamentos não resultarão em impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros- são classificados em destinados à negociação e mantidos até o vencimento dependendo da finalidade dos referidos instrumentos. Os destinados à negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponíveis para venda, os quais seriam avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

b) Caixa e equivalentes de caixa- os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

c) Concessão- são ativos financeiros mantidos até o vencimento, deduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, se aplicável.

d) Imobilizado- é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel. A Companhia entende que as referidas taxas refletem as vidas úteis dos seus ativos imobilizados.

e) Demais ativos- os sujeitos a juros e variação monetária são instrumentos financeiros mantidos até o vencimento atualizados de acordo com as condições contratadas até a data do balanço patrimonial, e os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Ambos são reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

f) Avaliação do valor de recuperação dos ativos- a Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis dessa unidade geradora de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que a sua unidade geradora de caixa ou intangíveis não serão recuperados com as suas operações futuras.

g) Empréstimo e financiamento- são instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, deduzidos dos custos incorridos na captação dos recursos.

h) Demais obrigações- são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

i) Resultado do exercício- as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

j) Uso de estimativas- a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à vida útil do ativo imobilizado e à avaliação de imparidade de ativos.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2009	2008
Caixa e depósitos bancários à vista	3.246	113
Citibank- Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais e Privados ⁽¹⁾		
Nota do Tesouro Nacional (NTN- B)	1.478	-
Instituições Financeiras		
Certificado de Depósito Bancário (CDB) ⁽²⁾	-	1.562
	4.724	1.675

⁽¹⁾ São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos.

⁽²⁾ Banco ABN Amro Real.

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

5 - CONCESSIONÁRIA

Refere-se a valores vincendos, a receber da Eletrobrás, decorrentes da venda da totalidade de sua energia através do Proinfa. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais em 15, 30 e 45 dias após o mês de competência do faturamento.

6 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COM-PENSAR

	2009	2008
Circulante		
Imposto de renda	219	40
Contribuição social	139	-
Cofins	878	-
PIS	191	-
ICMS	1	-
	1.428	40

Não circulante

Cofins	5.920	-
PIS	1.285	-
	7.205	-

Os valores a recuperar de PIS e Cofins se referem, substancialmente, a opção pela utilização do direito aos créditos sobre as construções e compras de edificações e aquisições de máquinas e equipamentos, conforme previsto na legislação específica, os quais estão sendo compensados no período de respectivamente, 24 e 48 meses, a partir do início da operação comercial do Parque Eólico Pedra do Sal, que ocorreu em 30/12/2008.

7 - CONTRATO DE MÚTUO

A Eólica Pedra do Sal S.A. possuía em 31/12/2008, contrato de mútuo com a sua coligada Eonergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (EBSC) com saldo de R\$ 414. O contrato foi integralmente quitado ao longo do exercício de 2009.

8 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxas médias de depreciação	2009	2008
Imobilizações em serviço			
geração			
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	1.466	-
Máquinas e equipamentos	4,16	92.309	13
Móveis e utensílios	10,00	19	11
		93.794	24
(-) Depreciação acumulada		(4.347)	-
		89.447	24

Imobilizações em curso

geração

Edificações, obras civis e benfeitorias	-	14.979
Máquinas e equipamentos	-	72.604
Adiantamento a fornecedores	-	888
	-	88.471
	89.447	88.495

b) Mutação do ativo imobilizado

	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2007	-	9.916	9.916
Aquisições	24	78.555	78.579
Saldo em 31/12/2008	24	88.471	88.495
Aquisições	-	11.769	11.769
Transferência para o realizável de créditos de PIS e Cofins ^(*)	-	(8.939)	(8.939)
Transferência do ativo intangível	-	2.469	2.469
Transferência	93.770	(93.770)	-
Depreciação	(4.347)	-	(4.347)
Saldo em 31/12/2009	89.447	-	89.447

^(*) Transferência para o ativo circulante e realizável a longo prazo dos créditos de PIS e Cofins sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e edificações do Parque Eólico Pedra do Sal.

9 - INTANGÍVEL

a) Composição

	2009	2008
Direito de uso	48	2.469
(-) Amortização acumulada	(4)	-
	44	2.469

b) Mutação

Ingresso de direito de uso em 2008	2.469
Saldo em 31/12/2008	2.469
Ingresso de direito de uso	48
Transferência para o imobilizado	(2.469)
Amortização	(4)
Saldo em 31/12/2009	44

O valor de R\$ 44 refere-se ao direito de uso e está sendo amortizado de forma linear pelo prazo de cinco anos.

10 - FORNECEDORES

	2009	2008
Encargos de uso da rede elétrica	123	-
Materiais e serviços	215	5.080
	338	5.080

11 - EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO

a) Composição

	2008		
	Circulante	Não circulante	Total
Banco ABN Amro			
Real S.A.	53.200	-	53.200
BNDES ^(*)	-	-	-
Encargos	1.826	-	1.826
	55.026	-	55.026

	2009		
	Circulante	Não circulante	Total
Banco ABN Amro			
Real S.A.	-	-	-
BNDES ^(*)	5.093	66.208	71.301
Encargos	242	-	242
	5.335	66.208	71.543

^(*) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)



→ continuação



EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22.3.0000820-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(em milhares de reais)

b) Mutação do empréstimo e financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2007	-	3.020	3.020
Ingressos	53.200	-	53.200
Encargos	2.343	-	2.343
Varição cambial	-	(179)	(179)
Amortizações	(517)	(2.841)	(3.358)
Saldo em 31/12/2008	55.026	-	55.026
Ingressos	9.000	71.210	80.210
Transferência	5.093	(5.093)	-
Encargos	6.969	91	7.060
Amortizações	(70.753)	-	(70.753)
Saldo em 31/12/2009	5.335	66.208	71.543

c) Condições contratadas

Moeda nacional	Encargos	Condições de pagamento	
		Venci-mento	Principal e encargos
BNDES	TJLP + 1,92% a.a. ^(a)	12/2023	Mensais, a partir de janeiro 2010

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

d) Garantias

BNDES: (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social; e (c) Recebíveis e Conta Reserva.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Covenant exigido a partir de 30/04/2010: Índice de Cobertura da Dívida $\geq 1,3$.

12 - ADIANTAMENTO DE CLIENTE

De acordo com os termos do contrato com a Eletrobrás, o faturamento mensal da energia é composto por duas parcelas, sendo uma relativa à energia contratada, cuja base é a energia assegurada do parque eólico, e a outra referente ao ajuste financeiro, que corresponde a diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada pelo parque eólico. Este ajuste financeiro é apurado ao final de cada ano e compensado com o faturamento mensal correspondente ao ano

seguinte, na proporção de 1/12 por mês.

No exercício de 2009 a quantidade de energia contratada foi superior à gerada pelo parque eólico, resultando em um valor recebido antecipadamente de R\$ 2.782.

13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social mediante a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, com ou sem direito a voto, observadas as disposições legais aplicáveis.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31/12/2009 e 31/12/2008, é de R\$ 33.133, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 33.133.110 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 33.133.109 pertencem a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda., controlada integral da Tractebel Energia.

A Tractebel Energia, pertence a GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil sobre o controle da SUEZ-Tractebel Société Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do grupo GDF SUEZ, sediado na França.

14 - SEGUROS

A Companhia possui seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US\$ 24.882, equivalentes a R\$ 43.324, em 31/12/2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US\$ 6.878, equivalentes a R\$ 11.976, em 31/12/2009.

A Companhia participa da apólice da controladora indireta, Tractebel Energia, com cobertura de responsabilidade civil no valor de US\$ 50.000, equivalentes a R\$ 87.060 em 31/12/2009.

15 - CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo:

a) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Companhia Energética do Piauí (Cepisa), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31/12/2009 o saldo remanescente do contrato é de R\$ 1.523.

b) Contrato de uso do sistema de distribuição

A Companhia mantém contrato com a Cepisa para o uso do sistema de distribuição, cuja vigência é pelo prazo da concessão ou a extinção das empresas transmissoras, o que ocorrer primeiro. Em 31/12/2009 o montante a realizar do contrato é de R\$ 33.608.

c) Contrato de venda de energia

A Pedra do Sal possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Eletrobrás, através do Proinfa, pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$ 243,96 MWh (base 31/12/2009). O valor remanescente do contrato em 31/12/2009 é de R\$ 305.955.

d) Contrato de arrendamento

A Companhia possui um contrato de arrendamento operacional do terreno onde está localizado o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta. Em 2009, o total da despesa foi de R\$ 296.

O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	356
2011 a 2015	1.423
2016 em diante	5.011
	6.790

16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia firmou contrato com vigência por prazo indeterminado com a controladora indireta, Tractebel Energia, que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira. O valor anual do contrato é R\$ 84, reajustado anualmente pela variação do INPC.

DIRETORIA EXECUTIVA

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor Presidente

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTADOR

Luiz Francisco da Silva Eibs
CRC SC 15.196/O-S-PI

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Eólica Pedra do Sal S.A.
Parnaíba - PI

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Eólica Pedra do Sal S.A.** ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Eólica Pedra do Sal S.A.** em 31 de dezembro de 2009 e de

2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas suas operações correspondentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2010

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "S" PI

Paulo Roberto Marques Garrucho

Contador

CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" PI

Deloitte.